

## NOTAS DE UMA PESQUISA COM INTELLECTUAIS NEGROS(AS) DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) DA BAHIA/APNB: “amefricanizando” experiências em um “xirê” epistêmico decolonial

Luiz Gustavo Santos da Silva<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo apresenta algumas reflexões sobre uma pesquisa que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Inserida no campo de estudos dos cotidianos, estabeleceu diálogos com intelectuais da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia (APNB) buscando compreender, entre outras questões, como se posicionam na luta antirracista e quais repertórios político-culturais influenciaram e ainda mantêm unidos(as) estes(as) mesmos(as) pesquisadores(as) em torno da Associação. No presente texto, estão descritos os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa, além dos descritivos da APNB. Com base nos pressupostos da história oral estabeleceu-se um “xirê” epistêmico decolonial, uma aproximação, representação simbólica tomada por empréstimo do universo epistemológico afro-brasileiro, especificamente das religiões de matrizes africanas que serviu como ferramenta fundamental permitindo localizar, a partir das narrativas destes(as) intelectuais negros(as), as suas experiências nos diversificados movimentos negros e nas universidades. Todas essas questões foram desenvolvidas à luz do conceito de Amefricanidade (GONZALEZ, 1988).

**Palavras-chave:** Intelectuais Negros(as); “Xirê” Epistêmico; História oral; Amefricanidades.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - ProPEd/UERJ na Linha de Pesquisa Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais. Mestre em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc/UNEB e licenciado em História também pela Universidade do Estado da Bahia/UNEB. Durante o curso de doutorado, foi bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro na modalidade FAPERJ Nota 10. É pesquisador do Grupo FIRMINA - PÓS-COLONIALIDADE: Educação, História, Cultura e Ações Afirmativas (UNEB), na Linha de Pesquisa Pensamentos e Intelectuais negros(os): diálogos e combates contemporâneos e do Grupo de Pesquisa Culturas e identidades no cotidiano (ProPEd - UERJ). Compõe o Conselho Fiscal da APNB (Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia/UNEB/Salvador-Bahia-Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0164-062X>. E-mail: [gustavofirmina@gmail.com](mailto:gustavofirmina@gmail.com).

**NOTES FROM A RESEARCH WITH BLACK INTELLECTUALS FROM  
THE ASSOCIATION OF BLACK RESEARCHERS OF BAHIA/APNB:  
“Amefricanizing” experiences in a decolonial epistemic “xirê”.**

**Abstract**

The article presents some reflections on a research that was funded by the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Inserted in the field of studies of everyday life, she established dialogues with intellectuals from the Association of Black Researchers of Bahia (APNB) seeking to understand, among other issues, how they position themselves in the anti-racist struggle and which political-cultural repertoires influenced and still keep these same researchers together around the Association. In this text, the methodological paths followed in the research are described, in addition to the descriptions of the APNB. Based on the assumptions of oral history, a decolonial epistemic "xirê" was established, an approximation, a symbolic representation borrowed from the Afro-Brazilian epistemological universe, specifically from the religions of African origins that served as a fundamental tool allowing to locate, from the narratives of these black intellectuals, their experiences in the diverse black movements and in the universities. All these questions were developed in the light of the concept of Amefricanidade (GONZALEZ, 1988).

**Keywords:** Black Intellectuals; Epistemic Xirê; Oral history; Amefricanidades.

**APUNTES DE UNA INVESTIGACIÓN CON INTELLECTUALES NEGROS  
DE LA ASOCIACIÓN DE INVESTIGADORES NEGROS DE BAHIA/APNB:  
experiencias “amefricanizantes” en un “xirê” epistémico  
decolonial.**

**Resumen**

El artículo presenta algunas reflexiones sobre una investigación financiada por la Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Inserta en el campo de los estudios de la vida cotidiana, estableció diálogos con intelectuales de la Asociación de Investigadores Negros de Bahía (APNB) buscando comprender, entre otras cuestiones, cómo se posicionan en la lucha antirracista y qué repertorios político-culturales influido y aún mantiene a estos mismos

investigadores juntos en torno a la Asociación. En este texto se describen los caminos metodológicos seguidos en la investigación, además de las descripciones de la APNB. Con base en los presupuestos de la historia oral, se estableció un "xirê" epistémico decolonial, una aproximación, una representación simbólica prestada del universo epistemológico afrobrasileño, específicamente de las religiones de origen africano que sirvió como herramienta fundamental para ubicar, desde las narrativas de estos intelectuales negros, sus experiencias en los diversos movimientos negros y en las universidades. Todas estas cuestiones fueron desarrolladas a la luz del concepto de Amefricanidade (GONZALEZ, 1988).

**Palabras clave:** Intelectuales negros; Epistémico Xirê; Historia oral; Amefricanidades.

## INTRODUÇÃO

O texto faz uma pontuação inicial: primeiro, é possível encontrar nele algumas palavras e ideias referentes ao universo epistemológico afro-brasileiro, especificamente das comunidades de terreiro. A intenção é estabelecer um tipo de crítica decolonial que busque avançar de forma mais contundente sobre práticas hegemônicas de escrita e produção de conhecimentos. Podemos conceber esta crítica tomando como horizonte para o debate as experiências das/com as populações negras, sua força epistêmica se contrapõe às tendências acadêmicas hegemônicas e às formas monocráticas de produções científicas. Por vezes, esta crítica é mobilizada desde uma perspectiva sankofa, ou seja, apresenta um olhar atento ao passado, ressignificando o presente e produzindo possibilidades de outros futuros, alimentando-se e, ao mesmo tempo, trazendo à tona conhecimentos em forma de oferendas epistemológicas (ALCÂNTARA, 2017), saberes já acumulados frente às racionalidades de um sistema-mundo único e monológico. A crítica decolonial é um deslocamento epistemológico produzido por intelectuais negros(as) insurgentes, praticantes da vida cotidiana (CERTEAU, 1998) que, dentro de um escopo teórico combativo, utilizam suas táticas de resistência, desempenhando importante papel na construção e produção do pensamento e conhecimento e nas várias formas de ativismo. A intenção é utilizá-la como forma de deslocamento, de tensionamento frente às colonialidades.

Sobre o termo intelectual negro(a), concordou-se com Macêdo (2013) ao defini-lo como uma presença física, estética, fenotipicamente diferenciada da maioria não negra que constitui o universo da produção intelectual no Brasil, uma presença marcada e (des)conhecida pelo seu lugar de pertencimento racial. Concebeu-se colonialidade como uma ideologia, um conjunto lógico, sistemático e violento de representações, ideias, valores, normas ou regras de conduta que indicam aos indivíduos de uma sociedade o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. A colonialidade sustenta-se em um conjunto de narrativas que produz dispositivos de normatização às nações colonizadas, interferindo na produção de subjetividades dos seus povos e nas maneiras como o conhecimento, a autoridade, o trabalho articulam-se entre si através do capitalismo mundial e da ideia de raça. Dessa forma, perpetua a relação colonial, marginalizando/excluindo as ditas epistemologias periféricas ocidentais, subalternizando sistematicamente o outro não-europeu, negando e relegando tanto ao silenciamento quanto à invisibilização os seus processos históricos (seu sistema-mundo próprio, cosmogonias, epistemologias). É uma operação que se concretiza de várias formas, muitas vezes apresentando-se como fascínio pela cultura colonialista, despertando um fetichismo que os europeus criam em torno de si.

A crítica decolonial contém conhecimentos e, simbolicamente, foi apresentada enquanto recurso de tradução ou mesmo “rasura” a partir do universo epistemológico afro-brasileiro, ao encontro daquilo que propõe Luz (1999). Encarou-se essa tradução não apenas como combate, mas um saber tocar de leve, aproximação cuidadosa de narrativas, diálogos e mergulhos em águas amefricanas (GONZÁLEZ, 1988), ações do rastro/resíduo (GLISSANT, 2005) contra todo tipo de limitação racista. Um padê epistêmico que alimentou a escrita, lugar onde se desenvolveram os atos do xirê, proposta de ressemantização e aquisição de outros modos de interpretação das experiências dos(as) intelectuais negros(as) interlocutores(as) na pesquisa. Esse xirê epistêmico transformou-se, oportunamente, em um signo que fez girar e

envolver o texto nos/com os cotidianos de uma pesquisa decolonial. Segundo Sodré (1988), este signo (xirê)

designa a ordem em que são entoadas nas festas as cantigas para os orixás, mas também a própria festividade, o ludismo. Os ritmos que chegam à sociedade global são, no fundo, expansões da atmosfera do xirê. (SODRÉ, 1988, p. 140)

Envolvido na perspectiva da experiência festiva, da reconfiguração de memórias e expansão de descolonizações do conhecimento, o texto convidou os(as) intelectuais negros(as) a narrarem suas histórias de vida, lutas, ações políticas, aprendizados, formações, toda a sorte de coletividades, já que não se faz xirê sozinho, um ensinamento disseminado nas comunidades de terreiro, geralmente pelos(as) mais velhos(as). Seus conhecimentos foram sendo pautados nos cotidianos da pesquisa, alinhando-se a partir do universo simbólico das comunidades de terreiro, das histórias orais, tradição, axé e ancestralidade afro-brasileira, localizações importantes para a escrita, tentativas de ressignificação, de encantamentos e de combates a partir de narrativas que não objetivaram negar, substituir, contrapor de forma maniqueísta e ingênua outra memória social e racial positiva e supostamente superior. Tratou-se sim, segundo Mattos (2003),

de ativar a possibilidade de dar expressão e significado a conteúdos históricos concretos silenciados pelas memórias dominantes, trazer à cena e positivar os conteúdos não codificados pelas linguagens convencionais, ressignificar as sociabilidades não-hegemônicas e as múltiplas temporalidades do viver cotidiano (p. 30).

As vozes destes(as) pesquisadores(as) transformaram-se em setas de inconformismos que se moveram através de um espaço intersticial das colonialidades do saber. Intelectuais negros(as) que responderam individualmente e, acima de tudo, enquanto coletividade antirracista, uma associação de pesquisadores(as) da Bahia que introduziu o que Bhabha (2011) nomeou como invenção criativa dentro da existência.

## **Intelectuais negros(as) da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia: amefricanizando experiências**

Foi a partir de amefricanidades (GONZALEZ, 1988) que localizamos as experiências narradas pelos(as) intelectuais negros(as) da APNB. Considerou-se que a riqueza desta perspectiva se encontrava na possibilidade de poder ensaiar um xirê com bases epistemológicas situadas mais para o lado de cá do atlântico negro. Além de considerar os(as) pesquisadores(as) sujeitos e produtores(as) de conhecimento, a sua emergência colocou em suspensão, mesmo que por alguns instantes e não sem esforço, certas bases epistemológicas hegemônicas ocidentalizadas e empurradas “goela abaixo” para que as escritas sejam aceitas e aprovadas nos ritos da academia. Permitiu, também, localizar traços identitários e histórias comuns de lutas políticas narrados por eles/elas, interpretando-os à luz de decolonialidades. Segundo Lima e Rios (2020),

para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. (LIMA; RIOS, 2020, p. 135)

Munido deste abebé (objeto da religiosidade iorubá que consiste em um emblema das yás Oxum e Iemanjá) de espelhar horizontes epistêmicos de cura, foi possível a aproximação destas vozes. Identificaram-se alguns desses traços comuns: a influência do Movimento Negro é uma característica marcante do grupo entrevistado. São experiências muito próximas onde a insurgência dá o tom das suas produções disseminadas na Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia. Contudo, surgiram complexidades: como falar sobre características comuns compartilhadas por formações políticas diferentes e, ao mesmo tempo, reivindicar a particularidade e a especificidade histórica sem

parecer estar envolto em contradições ou em explicações essencialistas? Esta pergunta, formulada por Cardoso (2014), em seu artigo “Amefricanizando o feminismo; o pensamento de Lélia Gonzalez” pôde ser respondida por Brah (2011) da seguinte forma: desde que o viés essencialista do universalismo seja excluído ou verificado no contexto histórico, “es decir, de un concepto de ‘universalismo’ como ‘producto’ histórico” (BRAH, 2011, p. 120), ou seja, como contingencial, situado, variável e sujeito a mudanças. Para Santos (2014),

o Universalismo é uma epistemologia, conjunto de crenças sobre *o que* pode ser conhecido e *como* pode ser conhecido. É uma fé também: exige respeito e reverência a uma verdade indefinida, porém real. E, aliás, não se opõe ao racismo e ao sexismo como se pensa, mas se combina com eles em favor da eficácia do sistema-mundo que é o capitalismo (Sp., grifo do autor).

Sendo assim, identificou-se uma grande riqueza nas experiências narradas por estes(as) pesquisadores(as), experiências similares, porém, não idênticas e em diferentes contextos. A contingência destas diferenças é expressa, ainda, no seguinte excerto:

se deduce que los sujetos humanos no son rígidas personificaciones de las culturas. Dado que todas las culturas tienen diferencias internas y nunca son estáticas, aunque el ritmo de cambio puede ser variable, nuestras subjetividades se forman dentro de prácticas discursivas heterogéneas. Distintas posturas subjetivas emergerán dentro de un único contexto cultural, ofreciendo la posibilidad del cambio político [...] (BRAH, 2011, p. 20).

Em consonância com Cardoso (2014), a amefricanidade desenvolve a concepção de que a historicidade deve ser parte constitutiva das experiências, sendo assim, permite pensarmos e produzirmos conhecimentos a partir de diferentes locais de enunciação, “desloca mulheres e homens negras(os) e indígenas da margem para o centro da investigação, fazendo-as/os sujeitos do conhecimento ao resgatar suas experiências no enfrentamento do racismo e do sexismo” (CARDOSO, 2014, p. 972), possibilitando que grupos racializados desafiem lugares sociais e estruturas de poder próprias da colonialidade. O texto dialogou com praticantes que significaram conhecimentos e

(se)inventaram graças às “artes de fazer” (CERTEAU, 1998), pesquisadores(as) que enunciaram e produziram sentidos aos seus discursos lançando mão das táticas de resistência negra, alterando objetos e códigos, descolonizando e se reapropriando dos espaços a seu jeito. Aquilombando-se.

Para pensar, teorizar ou mesmo produzir conhecimentos a partir das narrativas destes(as) intelectuais negros(as), localizando amefricanamente as suas experiências foi necessário dar atenção aos espaços de aberturas para ressignificações, quebras de linearidades, contestações e (re)alinhamentos no campo da memória. Entendeu-se que estivemos enredados nas contingências deste xirê epistêmico decolonial, contrariando a ideia de sujeitos já plenamente constituídos por alguma experiência. Este é o lugar da formação do sujeito e, para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências.

Para Joan Scott (1999)

Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la assim como as identidades que ela produz (SCOTT, 1999, p. 27).

O estudo da experiência deve questionar sua posição enquanto origem na narrativa histórica, não a reprodução e transmissão de um conhecimento ao qual se chegou pela experiência, mas sim a análise da produção desse conhecimento. A atenção a esse ponto “revela a experiência como um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas”. (BRAH, 2006, p. 361). Uma prática de atribuir sentido tanto simbólica como narrativamente.

Contra a ideia de um “sujeito da experiência” já plenamente constituído a quem as “experiências acontecem”, a experiência é o lugar da formação do sujeito. Essa noção muitas vezes falta nas discussões sobre diferenças entre pessoas onde a diferença e a experiência são usadas

principalmente como “termos de senso comum”. Não é de surpreender que tais discussões fracassem ou resultem em “diálogos de surdos” quando lidam com as contradições da subjetividade e da identidade. Por exemplo, como lidar com o racismo de uma feminista, a homofobia de alguém sujeito ao racismo, ou até o racismo de um grupo racializado em relação a outro grupo racializado, cada um supostamente falando a partir do ponto de vista de sua experiência, se toda experiência refletisse de maneira transparente uma dada “verdade”? (BRAH, 2006, p. 360-361)

Concordando com Macêdo (2013), para quem a experiência desempenha importante papel não como simples relato de uma vivência particular ou uma biografia individualizada, mas como uma memória coletiva, agregadora de trajetórias, eventos, (re)criações e utopias e a amefricanidade enquanto uma agência inclusiva cujas atualizações estão atreladas à contingência dos processos, deu-se relevo ao que os(as) intelectuais negros(as) tinham a dizer sobre a APNB e sua constituição e como se posicionavam com relação às produções do conhecimento desta associação. Na pesquisa, considerou-se a APNB um território insurgente onde intelectuais negros(as) graças às “artes de fazer” (CERTEAU, 1998) produzem narrativas e conhecimentos decoloniais.

### **Descritivos da APNB**

Para o desenvolvimento desta discussão foi fundamental o apoio de uma das entrevistadas que através da disponibilização dos arquivos pessoais (textos, vídeos, atas, convites, planos de ação etc.), forneceu material essencial para a pesquisa. Obteve-se acesso ao texto da conferência de encerramento do II Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) (CBPN), proferido por ela no dia 26 de setembro de 2009, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) na Bahia. Nele encontramos informações importantes sobre a constituição da Associação.

Seção baiana da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), a APNB foi fundada em 06 de novembro de 2004. Conforme o seu estatuto, é uma associação civil sem fins lucrativos que se destina à defesa e divulgação de pesquisas realizadas, prioritariamente, por pesquisadores(as) negros(as), sobre temas de interesse direto das populações negras e todos os demais temas

pertinentes à construção e ampliação do conhecimento humano. Começa a germinar quando, ao retornar do II Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (COPENE), realizado em São Carlos - São Paulo, em agosto de 2002, um grupo de mestrandos e mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduc) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) iniciou discussões sobre a necessidade de maior articulação entre os(as) pesquisadores(as) negros(as) da Bahia, que possibilitasse uma participação mais efetiva e ampliada destes(as) na Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) e em seus Congressos.<sup>2</sup>

Segundo Macêdo (2009):

Os encontros, discussões e reflexões desenvolvidos pelo grupo culminaram numa participação mais articulada e propositiva no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), em São Luís do Maranhão - setembro de 2004. Além de apresentarmos nossos trabalhos acadêmicos, levamos para esse Congresso duas proposições: de realizar o IV COPENE em Salvador, na Bahia e a indicação do nome do professor Wilson Mattos, para ocupar a 1ª Vice-Presidência da ABPN. Após debates e articulações ao longo deste Congresso, essas proposições foram acatadas e aprovadas pela Assembléia Geral. Viemos com a importante missão de realizarmos o IV COPENE. No entanto, voltamos fortalecidos, pois o pequeno grupo que se reunia até então foi bastante ampliado, com a participação de professores(as), estudantes e outros(as) pesquisadores(as) - que se articularam ao grupo durante o III COPENE ou depois dele. Esse “novo” grupo formou o que chamávamos de Seção Baiana de Pesquisadores(as) Negros(as), e foi responsável pela criação e estruturação da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia, bem como pela organização do IV COPENE, em setembro de 2006, em Salvador. Agora, razoavelmente ampliado, se transformou num grupo interinstitucional, interdisciplinar e diverso, porém, com projetos e objetivos comuns (Citação de entrevista concedida ao autor).

Destacam-se alguns/algumas desses(as) importantes intelectuais negros(as) e suas respectivas instituições, para ilustrar essa nova realidade: Prof. Wilson Roberto de Mattos (UNEB), Profa. Ana Célia da Silva (UNEB), Profa. Marluce de Lima Macêdo, Profa. Florentina Souza (UFBA), Prof. Nilo Rosa (UEFS), Prof. Valdélcio Silva (UNEB), Profa. Marise Santana (UESB), Prof. Edson Santana (UEFS), Profa. Vanda Machado (UNEB), Profa. Ivy Guedes Mattos

---

<sup>2</sup> A título de retificação, em conversa com um dos entrevistados, foi relatado que as discussões acerca da constituição da APNB foram iniciadas no III COPENE (Maranhão), e não em São Carlos (II COPENE), como afirma a entrevistada.

(UNEB), Prof. Romilson Souza (Centro de Documentação Cultural sobre a Bahia (CEDIC)), dentre muitas outras/os que participaram ativamente desse momento decisivo para a Associação.

Observou-se que a criação, fundação e organização da APNB culminou no seu registro oficial em 2004, tendo como sua primeira Diretoria Executiva: Wilson Mattos - Presidente, Valdélvio Silva - 1º Vice-Presidente, Maria de Lourdes Siqueira - 2ª Vice-Presidenta, Marluce Macêdo - 1ª Secretária, Delcele Queiroz - 2ª secretária, Romilson Souza - Tesoureiro. Desde então, tem envidado esforços para promover a congregação e o diálogo com pesquisadores(as) e instituições de pesquisas da Bahia, intensificando e ampliando o campo de debates sobre as relações étnico-raciais, com vistas a interferir ativamente nos vários setores da vida pública do estado e do país, bem como fortalecer uma rede de solidariedade entre populações negras.

#### Objetivos da Associação a partir do seu estatuto

Dentre seus principais objetivos, destacamos: congregar os(as) pesquisadores(as) negros(as) baianos(as), acadêmicos(as) ou não, que trabalham com temas de interesse direto das populações negras da Bahia e do Brasil; assistir e defender os interesses da APNB e dos(as) sócios(as) perante os poderes públicos em geral; promover conferências, reuniões, cursos e debates sobre temas e questões diretamente ligadas a populações negras no Brasil; possibilitar publicações de teses, dissertações, artigos, revistas sobre assuntos relativos às culturas negras no Brasil e em toda diáspora; manter intercâmbio com associações congêneres do país e do exterior; defender e zelar pela manutenção da pesquisa com financiamento público e dos institutos de pesquisa em geral, propondo medidas para seu aprimoramento, fortalecimento e consolidação e propor medidas para as políticas públicas no estado e no país.

### Os Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as) (CBPNs)

a) O Primeiro CBPN / Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) foi realizado em Salvador, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2007. Teve como tema “Políticas Públicas e Populações Negras: Ações afirmativas, raça, gênero e culturas”;

b) O Segundo foi realizado em Feira de Santana, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) de 24 a 26 de setembro de 2009 com o título “Outros caminhos das culturas afro-brasileiras: confluências, diálogos e divergências”;

c) Tendo como tema a “Pesquisa Social e Ações Afirmativas para afrodescendentes”, o III CBPN foi realizado em conjunto com o III Seminário Internacional Áfricas, numa parceria entre a APNB e o READI (Rede de Estudos Africanos e da Diáspora), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus V, em Santo Antônio de Jesus (12 a 16 de outubro de 2011);

d) O IV Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) foi realizado entre os dias 18 e 21 de setembro de 2013 na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e cujo tema foi “Da educação básica à pós-graduação: perspectivas e estratégias para a construção de políticas afirmativas de gênero e raça”;

e) O V CBPN foi realizado na Universidade Estadual do Sudeste da Bahia (UESB), campus de Jequié, entre 16 e 20 de novembro de 2015 e teve como tema “Produções culturais Afro-Brasileiras e diversidade: territorialidades, histórias e saberes”. O evento foi articulado com o IV Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas, a XI Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira e o II Seminário do Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade da UESB;

f) O VI Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) foi realizado entre os dias 20 e 22 de setembro de 2017. O evento foi promovido pela Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia (APNB), pelo Programa de

Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER/UFSB), pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFSB, pelo Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (Pós-Afro/UFBA) e pelo Órgão de Educação e Relações Étnicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ODEERE/UESB). O VI CBPN dialogou com os temas dos congressos anteriores e promoveu debates sobre as narrativas históricas e vivências da população negra no sul da Bahia;

g) Por fim, com o tema “Políticas, saberes e tecnologias afro-diaspóricas: insurgências nas contemporaneidades negras”, o VII CBPN colocou em debate modos de insurgências negras que são produzidos/gestados nos espaços da afrodiaspora, forjando/inspirando/demandando a implementação de políticas públicas, a reinvenção dos saberes e os modelos de reordenamento de ocupação dos territórios físicos e simbólicos. O evento ocorreu entre os dias 17, 18 e 19 de julho de 2019, na UFBA.

Para Macêdo (2009), os CBPNs

representam, de alguma forma, a culminância de longas jornadas de reuniões, discussões, embates, negociações, parcerias, mas, também, e principalmente, o desempenho coletivo e solidário dos próprios pesquisadores(as) negros(as), que têm encontrado toda espécie de dificuldades para suas construções, principalmente no que diz respeito às parcerias econômicas. (Texto proferido na Sessão de Encerramento do II Congresso de Pesquisadores Negros(as) da Bahia, em 26 de setembro de 2009, na Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia (Citação de entrevista concedida ao autor).

A APNB, além dos Congressos, tem agregado os(as) pesquisadores(as) em reuniões, seminários e assembleias promovendo debates e reflexões não só do interesse das populações negras, mas de toda sociedade. A diretoria ampliada da APNB desenvolveu, no ano de 2021, reuniões semanais remotas deliberando sobre a construção do Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) que ocorreu em julho de 2021, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em São Francisco do Conde - Bahia.

## Arregimentando o xirê metodológico da pesquisa

A entrevista em história oral, escolha metodológica para a pesquisa sustentou-se na comprovação de experiências bem-sucedidas que ocorreram anteriormente em outros estudos ao trabalhar com histórias orais (de vida e temática) de professores(as) no campo da educação para as relações étnico-raciais. Pensando que tais pesquisas se beneficiaram muito das discussões promovidas por esta metodologia, considerou-se importante por problematizar a visão hegemônica da história compreendida apenas pelo prisma dos “grandes vencedores”. Segundo Macêdo (2004),

o recurso da história de vida nos meios educacionais é mais uma contribuição para o rompimento com o baixo mimetismo cognitivo, o abstracionismo teórico e o colonialismo intelectual acadêmico [...]. (MACÊDO, 2004, p. 177)

De acordo com Meihy e Holanda (2007), que afirmam ser a entrevista uma manifestação do conjunto de fontes orais, a concepção de entrevista em história oral desenvolvida aqui tem como finalidade a transformação do material colhido nestas mesmas fontes, ou seja, gravações eletrônicas que tem no registro o seu propósito. A entrevista em história oral pressupõe a realização de relações simétricas e colaborativas entre todos os(as) participantes, favorecendo uma conversação mais espontânea e interativa, estimulando uma boa ambiência para reflexões, criando um ambiente onde os(as) interlocutores(as) elaboram narrativas acerca dos assuntos que surgem no transcorrer da conversa de modo que nelas apareçam elementos importantes para lançar luz aos temas propostos nesse estudo, quais foram, a constituição da APNB, intelectualidade negra, militância e lutas antirracistas. O que caracteriza esse ambiente é a ênfase na produção das melhores condições possíveis para a emergência de uma narrativa livre, onde o(a) entrevistado(a) pode transitar entre as próprias memórias.

Outra razão para a utilização da entrevista na perspectiva da história oral reside no fato dela ter possibilitado o estabelecimento de uma relação

dialógica (BAKHTIN, 1997) com os(as) participantes deste xirê, ou seja, significou considerá-los(as) sujeitos (discursivos) implicados diretamente nessa roda de comunicação, estabelecendo uma ação (narrativa) compartilhada num espaço-tempo específicos, porém, sempre mutável devido às variações do contexto. Finalmente, as narrativas destes(as) intelectuais negros(as) após o devido registro transformaram-se em fontes polifônicas. O que seria uma fonte polifônica? Para Barros (2012),

será aquela na qual se expressam efetivamente diversas vozes - por vezes explicitamente, através de um espaço que lhes é concedido para a fala; por vezes implicitamente, através do discurso de um outro que mesmo sem querer termina por permitir que outras vozes falem no interior de seu discurso (BARROS, 2012, p. 24).

É importante pontuar algumas questões: na pesquisa, estamos todos(as) envolvidos(as) em uma relação dialógica e na polifonia nossas vozes são chamadas à interação com outras tantas vozes, contudo, não consideramos as fontes apresentadas ao longo do texto polifônicas apenas porque estavam imersas em várias “falas de outros”, mas porque a consciência do papel do mediador e compilador da fonte, ou mesmo agente discursivo elaborador de um texto sobre uma narrativa representou uma voz, quando não um complexo de várias vozes, já que através da mediação se está falando também a partir das experiências individuais e coletivas relacionadas à luta antirracista. Enquanto pesquisador(a), pode estar falando um grupo, uma comunidade profissional para além da própria fala pessoal (BARROS, 2012). Isso não pode ser interpretado equivocadamente como se o mediador falasse em nome de algo ou alguém, pelo contrário, o entendimento é que regemos todos, cada um situado em espaços-tempo específicos, o xirê dialógico. Outro ponto: conforme Grillo (2006), não se pode esquecer que a relação de contradição é um dos aspectos constitutivos da polifonia bakhtiniana: “não basta que haja diversas vozes, antes é preciso que elas se constituam, por meio do diálogo, em pontos de vista contraditórios” (GRILLO, 2006, p. 1165). Isso pôde ser verificado quando o assunto dizia respeito à APNB onde há pontos de vista diferentes relacionados a quais foram de fato os primeiros objetivos da sua constituição.

Percebeu-se certa tensão nos diálogos sobre a relação entre a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) e a APNB. Sempre há sempre interesses divergentes, onde os enunciados se apresentam como espaços de luta entre as diversas vozes, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição (GRILLO, 2006).

Neste quesito, a intenção do texto esteve distante de uma tentativa de enunciar qual discurso seria eleito como “verdade” através das narrativas, buscou-se muito mais entender como se produzem as versões sobre os diferentes fatos que são respondidos pelos(as) intelectuais negros(as) e como as experienciam. Chalhoub (1986), afirma que

o fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ - apesar de isto ser possível em alguma medida, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos de interpretações cujos significados cabe desvendar (CHALHOUB, 1986, p. 22-33).

Compromisso ético e sensibilidade foram fundamentais para lidar com as narrativas dos(as) interlocutores(as), fragmentos de vida que só puderam ser traduzidos, dialogicamente, através de escuta sensível e atenta. Estas vozes emergiram de um conjunto de experiências e atuações antirracistas marcadas por recuos, avanços e persistências. Reconhecendo a contingência dos processos históricos aí imbricados, buscou-se potencializar suas memórias no espaço-tempo circular de um xirê narrativo onde discursos não foram apenas acionados ou reinventados, mas, locais enunciativos de onde foram formulados conhecimentos emancipatórios. Ao lançar mão destas perspectivas, posicionamo-nos política e epistemologicamente de forma diversa do modelo institucionalizado pela ciência moderna, de uma forma geral, e pela educação escolar formal, de uma forma mais específica, possibilitando, conseqüentemente, um diálogo com saberes e fazeres histórica e socialmente invisibilizados (JÚNIOR; JÚNIOR; PASSOS, 2012).

As narrativas orais apresentadas não foram apenas fontes de informações para a solução de problemas do passado ou recursos para preenchimento de lacunas da documentação escrita, antes, procurou-se dar relevância às experiências individuais e coletivas de homens e mulheres que, ao narrarem suas histórias de vida não apenas reconstruíram e ressignificaram memórias, mas, evidenciaram as suas produções e práticas pedagógicas antirracistas, temas caros à pesquisa. Por abarcar procedimentos e aproximações extremamente diversos, o uso da história oral de vida e temática contribuiu, inclusive, para uma melhor compreensão da condição desses(as) professores(as) como intelectuais transformadores(as), a partir do que propõe Giroux (1997). Para o autor, essencial para a condição de professores(as) como intelectuais transformadores(as) é tornar o político mais pedagógico. Isso significa

utilizar formas de pedagogia que incorporem interesses políticos que tenham natureza emancipadora; isto é, utilizar formas de pedagogia que tratem os estudantes como agentes críticos; tornar o conhecimento problemático; utilizar o diálogo crítico e afirmativo; e argumentar em prol de um mundo qualitativamente melhor para todas as pessoas. (GIROUX, 1997, p. 163)

Há uma riqueza no trabalho com as histórias de vida no campo da educação que pode ser acessada, segundo Nóvoa (2000), pela compreensão sobre como elas implicam nos comportamentos e práticas pedagógicas cotidianas, perspectivas, visões e concepções dos professores sobre educação.

Porque é que fazemos o que fazemos na sala de aula, obriga a evocar essa mistura de vontades, de gostos, de experiências, de acasos até, que foram consolidando gestos, rotinas, comportamentos com os quais nos identificamos como professores. Cada um tem o seu modo próprio de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos, um modo que constitui uma espécie de segunda pele profissional (NÓVOA, 1995, p. 16).

Para Camargo (1984), esta riqueza reside em outorgar um lugar de centralidade à experiência vivida e em possibilitar a integração de percepções individuais e pautas universais de relações humanas através de articulações

temporais. Assim, o enfoque sobre as experiências dos sujeitos é fundamental para a “compreensão dos atores a partir de seus próprios pontos de vista e para a compreensão de processos sociais mais amplos que os indivíduos” (CAMARGO, 1984, p. 18). Refletir sobre os conhecimentos e saberes que emergiam dos discursos dos(as) intelectuais negros(as) da APNB a partir de suas narrativas foi um exercício que permitiu a socialização de suas experiências e as tornaram comunicáveis. Para um entendimento sobre o ato de narrar, recorreu-se a Alves (2010) ao afirmar que este talvez seja

o modo mesmo como, por um lado, se expressam os sujeitos sobre seu cotidiano sempre que desejam transmiti-lo e, por outro lado, pode ser, também, um dos métodos mais importantes para se organizar a história do cotidiano, melhor expressando-a e possibilitando seu melhor entendimento. (ALVES, 2010, p. 1-2)

Dessa forma, as histórias orais de vida e temática vislumbraram-se como maneiras de superar a mera aquisição de dados em favor de visões mais subjetivas das experiências destes(as) intelectuais negros(as) no campo da educação antirracista. O conceito de “experiência”, nesse caso, ganhou centralidade tornando-se fundamental já que, segundo Bondía (2002), ela nos atravessa, situa e produz saberes inscrevendo caminhos, ou seja, o importante a destacar é a

comunicabilidade da experiência pela expressão da coletividade, pela repolitização das falas, por outra maneira de criar o conhecimento e compreender a realidade por meio de novas maneiras de reflexão que consigam alcançar tais metas. (BONDÍA, 2002, p. 30)

Conversar com os(as) intelectuais negros(as) sobre suas histórias de vida não foi uma tarefa simples. Como já foi dito, exigiu compromisso ético, pois, os registros das suas histórias - maneiras de ser, posicionamentos políticos, atuações na APNB - situam-se em campos políticos que demandam a todo tempo reconfigurações de memórias sobre as populações negras no Brasil. O que seus discursos revelaram foram conflitos e conquistas individuais e coletivas, conhecimentos e saberes produzidos a partir das tentativas de todas as formas de descolonização e que têm na luta contra o racismo epistêmico um dos

principais propósitos. Através dos diálogos pôde-se perceber que o envolvimento com a militância nos diversos movimentos negros influencia sobremaneira nas suas produções e marca a trajetória de muitos(as) deles(as) e que a junção (produção intelectual/militância antirracista) entra no cálculo das escolhas políticas e intelectuais dos(as) que ingressaram na universidade nas décadas de 80 e 90. A participação nos APNs (Agentes de Pastorais dos Negros), MNU (Movimento Negro Unificado) e vivências em escolas de samba, sambas de roda, sambas de reza (variação do samba de roda), ladainhas de rezas, promessas a São Cosme e Damião, Santa Bárbara, carurus, blocos afros compõem algumas dessas experiências. Nesse sentido, verificamos similaridades destes(as) intelectuais com os “trabalhadores da cultura” proposto no contundente livro “Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres”.

O trabalhador da cultura se empenhará em estimular a emergência e o desdobramento dos processos culturais autônomos (a gíria, o pagode de raiz, os folguedos ditos folclóricos, o rap, a rádio pirata, o grafiteiro, a escola de samba e assim por diante) (SANTOS, 2014, Sp.).

As táticas para lidar com o racismo dentro da academia e a diversidade de entendimentos que o termo “intelectual negro(a)” comporta também entram nesse rol de questões. Aproximar a história oral de vida e história oral temática foi uma tarefa desafiadora, esta junção possibilitou uma adequada visualização das táticas cotidianas de enfrentamento ao racismo enunciadas por estes(as) intelectuais que respondem não apenas enquanto membros de uma associação, mas individualmente como autores(as)/tradutores(as) de discursos. Amparados pelas opiniões de Meihy e Holanda (2007), nas histórias de suas vidas deixamos que todos os fatos narrados fossem bem-vindos, descartando referências temporais exatas, admitindo silêncios, incertezas e mesmo omissões em suas vozes. Sabendo que a memória muitas vezes emerge através de falas imprecisas e até contraditórias, em muitos momentos a divagação (no sentido mais produtivo e pertinente que a expressão possa oferecer) deu o tom das conversas. Aqui, importante valer-se do argumento de Thompson (2002) em favor de uma entrevista livre.

Uma entrevista livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro 'subjetivo' de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista(...). Assim, quanto menos seu testemunho seja moldado pelas perguntas do entrevistador, melhor. (THOMPSON, 2002, p. 258)

A condução com o mínimo de interferências permitiu ouvir um pouco mais sobre seus lugares de origem, família, inserção escolar, escolha profissional e, em alguns casos, obteve-se o privilégio de escutar histórias das suas infâncias. Em se tratando da história oral temática, a história oral conduziu à existência de focos mais centrais que também justificaram o ato da entrevista nesta pesquisa, recortando e conduzindo a conversa a possíveis maiores objetividades com relação ao que foi proposto saber. Por lógico, se reconhece que a objetividade absoluta não existe, mas buscou-se recursos para limitar as variações. Por exemplo, com relação a questões específicas da Associação, foi fundamental o apoio nos poucos documentos disponíveis (atas, convites, estatuto, anais de congressos etc.), não tendo a intenção de cruzar fontes como ato de comprovação, apenas enriquecer as análises e conhecimentos sobre a história da APNB e seus Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as) (CBPNs).

## Conclusão

Na pesquisa, entendemos que estes(as) intelectuais negros(as) se posicionaram de forma muito singular nas suas lutas antirracistas, possuíam um senso crítico apurado com relação a isso e eram cientes do que representava a associação baiana a qual fazem parte. Talvez isso revele a lúcida constatação de que pertencem ao seu tempo (SAID, 2005) e às lutas antirracistas de um período. E isso não quer dizer que seus posicionamentos não sejam atuais, pelo contrário, suas produções e pensamentos ainda tem muito o que ensinar às gerações mais novas, a tantos(as) outros(as) pesquisadores(as). Se muitas vezes

atuam nas margens ou mesmo no centro dos aparatos institucionais provocando tensões, pouco importa. A insurgência e condição de marginalidade de seus posicionamentos - que a um olhar desatento podem transmitir a equivocada ideia de irresponsabilidade, impertinência ou mesmo dispersão - os(as) libertam da obrigação de agirem sempre com cautela, do medo de virar tudo de cabeça para baixo, da preocupação em não inquietar os(as) colegas, membros da mesma corporação. (SAID, 2005)

A escrita desse texto aconteceu em um momento delicado onde foi necessário reiterar o valioso papel das Ações Afirmativas, destacando o sistema de cotas e o próprio ensino de história da África e cultura afro-brasileira (Lei 10.639). Por isso, afirmaram-se memórias como armas de combate constantes, dialogando com intelectuais negros(as) que através das suas narrativas abordaram temas que tensionavam campos hegemônicos da produção do conhecimento. A partir de diálogos com pesquisadores(as) negros(as) de uma associação, percebeu-se como suas narrativas se traduzem não apenas em reflexões, mas em formas concretas de atuação no campo da descolonização do ensino. Os pensamentos, produções e ações discutidos emergiram como contribuições de intelectuais negros(as) que possuem um posicionamento insurgente fazendo frente aos racismos epistêmicos. Esses conhecimentos são expressos por uma geração de pesquisadores(as) de universidades baianas que articula a militância política e produção científica fundamentadas em suas próprias vivências, inserindo-se na luta antirracista.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Débora Menezes. A categoria política quilombola na encruzilhada: um olhar possível do encontro das vertentes epistêmicas decolonial e das autoras amefricanas Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO*, 15, 2017, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, set. 2017, p.1-13. Disponível em: [http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505962597\\_ARQUIVO\\_DEBORAMALCANTARAFOMERCO2017.pdf](http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505962597_ARQUIVO_DEBORAMALCANTARAFOMERCO2017.pdf). Acesso em 08 mar. 2020.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho - o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. *In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda. Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes*. Petrópolis: DP et Alli, 2010.

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, José Costa D'assunção. O tratamento historiográfico de fontes dialógicas. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*. Ano 3, N.4, Julho 2012.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, 2002.
- BRAH, Avtar. *Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376, 2006.
- CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 1, p. 5-28, 1984.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.
- CERTEAU, Michel de. *Artes de fazer: a invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.
- JÚNIOR, Luiz Rufino Rodrigues; JÚNIOR, José Carlos Teixeira; PASSOS, Mailsa Carla Pinto. Ambientes Polifônicos: Notas sobre as práticas musicais afrodiaspóricas e o cotidiano escolar. XVI ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO - UNICAMP - CAMPINAS - 2012. Disponível em: <https://d.docs.live.net/73b079800add885e/Área%20de%20Trabalho/Para%20publicação/Revista%20Periferia.docx>. Acesso em 2 set. 2017.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia. Introdução. In: GONZALEZ, Lelia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LUZ, Narcimária C. P. *Revista da FAEEBA*, Salvador, nº 12, jul./dez., 1999.

MACÊDO, Marluce de Lima. *Intelectuais Negros, Memória e Diálogos para uma Educação Antirracista: uma leitura de Abdias do Nascimento e Edison Carneiro*. 305 fl. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

MACÊDO, Roberto Sidnei. *A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. 1º ed. Salvador: Editora EDUFBA, 2004.

MATTOS, Wilson Roberto de. Valores civilizatórios afro-brasileiros na elaboração de currículos escolares - ensaiando pressupostos. In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento (coord.). *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

NÓVOA, António. *Vidas de Professores*. 2. ed. Portugal: Editora Porto, 2000.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Épuras do social: Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global Editora, 2014.

SCOTT, Joan. Experiência. In: DA SILVA, Alcione Leite; LAGO, Maria Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Falas de gênero: Teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: a história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Recebido em: 19/04/2022

Aprovado em: 03/02/2023

Publicado em: 10/03/2023

